

Comercialização de medicamentos veterinários ilegais...

Um negócio cada vez mais rentável

A transacção de fármacos ilegais no sector veterinário está a tornar-se uma autêntica «galinha dos ovos de ouro» em Portugal. Na semana passada a ASAE obrigou mais uma empresa, desta vez em Tondela — a Quimivete —, a encerrar as portas. Edmundo Pires e Cardoso Resende afirmam que as irregularidades sucedem-se em catadupa muito pelos «valores monetários tentadores que deixam esta área num verdadeiro caos»

MARINA GUERRA

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) encerrou, na semana passada, mais uma fábrica em Portugal que produzia e comercializava medicamentos veterinários ilegais.

A empresa em causa — a Quimivete — operava em Campo de Besteiros, em Tondela, mesmo ao lado dos antigos edifícios da Labesfal, uma outra fábrica que opera no ramo dos genéricos. A ASAE inspeccionou 14 empresas ligadas ao sector dos fármacos na região centro do País, mas O DIABO sabe que apenas esta unidade de Tondela foi obrigada a fechar as portas por não reunir as condições necessárias à realização da sua actividade.

Foram apreendidos na Quimivete 2500 quilos de produtos e medicamentos de uso veterinário, mais de 250 embalagens vazias e maquinaria no valor aproximado de 11 mil euros.

Medicamentos ilegais «são um problema internacional»

Edmundo Pires, presidente do Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários (SNMV), mostra-se satisfeito por a ASAE fiscalizar o sector da distribuição dos medicamentos veterinários, já que há alguns meses aquela entidade apenas se dedicava à área da segurança alimentar.

«Quem cava, encontra as mi-nhocas», afirma, sublinhando que

só desta forma é possível impedir infracções do género.

«Estas situações funcionam muito à semelhança das redes de tráfico, prostituição e imigração, áreas rentáveis e lucrativas, onde a escassa investigação permite um crescimento de comportamentos ilegais», refere.

A verdade é que o principal problema no sector da distribuição de medicamentos surge a partir do momento em que a concorrência e as proibições aumentam. «Os negócios ilegais florescem e passam a ter valores monetários muito tentadores, e o campo dos medicamentos veterinários fica um verdadeiro caos», alerta Edmundo Pires.

Para o ex-director da Direcção Geral de Veterinária (DGV) o recurso a produtos estrangeiros aumenta a circulação ilegal e «Espanha insere no nosso País uma imensa quantidade de produtos obtendo um verdadeiro domínio nesta área».

O reforço da fiscalização e a denúncia são algumas das soluções apontadas pelo dirigente para controlar e prevenir mais facilmente irregularidades no sector veterinário: «O cidadão tem medo de denunciar e é preciso saber porquê. Há represálias? Não estou a pedir às pessoas para se denunciarem umas às outras por qualquer motivo, mas sim para combater as ilegalidades».

«Os lesados — consumidores — devem saber que estão a prejudicar a economia se não denunciarem as ilegalidades», justifica.

Edmundo Pires sublinha que o sistema é como «uma bola de neve que ao descer a montanha engloba os prejuízos económicos e a saúde pública». «Os produtos são usados sem os critérios de qualidade, segurança e eficácia, que podem provocar danos nos animais, nas produções que geram e consequentemente nas vidas humanas», explica.

O presidente do SNMV frisa ainda que o problema da comercialização de medicamentos ilegais «é internacional», em que se desconhece a origem dos produtos não só por suscitarem «desconfiança» tal como por outras vezes serem «falsificados, desconhecendo-se a sua composição».

O veterinário recorda que episódios como o que levou ao encerramento da Quimivete, em Tondela, são frequentes e lembra que o caminho de entrada de medicamentos ilegais no País «é fácil de percorrer».

«Os distribuidores espanhóis



«É extremamente complicado perceber como há pessoas que fazem vida com este tipo de negócios, pondo em causa a saúde pública», refere Cardoso Resende

chegam a Portugal com as suas carrinhas, fazem a distribuição e vão embora sem que ninguém se aperceba», afirma Edmundo Pires. Tudo isto, explica, leva muitas vezes à evasão fiscal já que os produtos são mais baratos e não estão sujeitos a IVA.

«Uma coisa é falsificar umas calças ou uma camisola, em que se troca a etiqueta e se veste sem fazer mal à saúde. Outra é falsificar medicamentos que prejudicam a saúde pública», conclui Edmundo Pires.

Lei tem que ser eficaz

Cardoso Resende, bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários (OMV), assume que existe um mercado paralelo de medicamentos veterinários na ordem dos 30 a 40 por cento, aliás, «números que as autoridades conhecem».

O bastonário alerta para os perigos que a utilização destes fármacos acarretam: «A eficácia do produto não é garantida. Não se sabe nada sobre o medicamento, nem os circuitos de distribuição que faz».

Utilizados normalmente por produtores de criação animal para promover o crescimento acelerado das espécies, os fármacos podem ser prejudiciais aos humanos. Recordou-se o caso dos nitrofuranos,

em 2003, utilizados nas rações para espécies aviárias.

«É extremamente complicado perceber como há pessoas que fazem vida com este tipo de negócios, pondo em causa a segurança alimentar», declara.

Cardoso Resende reconhece que existem falhas no processo de fiscalização por parte das autoridades, mas quem não cumpre as regras deve de ser sancionado. «As leis devem mostrar que são eficazes. Se quem foge não é responsabilizado, qual é a eficácia da lei neste e noutros sectores?», questiona.

A ODIABO Francisco Brás de Castro, presidente do Conselho de Administração do grupo Labesfal, nega ter conhecimento do encerramento da Quimivete.

A Labesfal tem sido associada à operação de fiscalização da ASAE mas segundo Brás de Castro, a empresa «já abandonou os terrenos do complexo industrial há mais de três anos». «Não jogamos nesse campeonato», disse o responsável, referindo-se à produção e comercialização de produtos veterinários ilegais.

O DIABO tentou contactar a Quimivete para obter mais informações sobre o encerramento, mas até ao fecho desta edição tal não foi possível.

«Estas situações funcionam muito à semelhança das redes de tráfico, prostituição e imigração, áreas rentáveis e lucrativas, onde a escassa investigação permite um crescimento de comportamentos ilegais», explica Edmundo Pires